

## ESTADO DA ARTE DE PESQUISAS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS (2008-2018)

### STATE OF THE ART OF RESEARCH ON PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE LAST 20 YEARS (2008-2018)

Sarah Raquel Almeida LINS<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo identificar e analisar a produção científica brasileira que tiveram as pessoas com deficiência intelectual (DI) como tema. Trata-se de um estudo exploratório de levantamento que apresentou produções científicas de três fontes de referência para a área de Educação Especial: Revista Educação Especial (UFMS), Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e os anais do GT – 15, Educação Especial da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (ANPED), que haviam sido publicadas entre o ano de 1998 e 2018 (20 anos) e que focalizavam a deficiência intelectual. Foram identificados 39 estudos que se debruçaram sobre a temática. Os resultados revelaram que 92% (n=37) dos estudos foram realizados a partir de Instituições de Ensino Superior. Concentram a maioria dos estudos a região Sudeste (n=22; 56%) e a região Sul (n=11; 27%). As principais temáticas centrais dos estudos abordaram sobre a concepção e singularidades do indivíduo com DI (n=7; 17%) e a identificação e avaliação do DI (n=5; 12%). Por outro lado, não foram encontrados estudos que abordassem sobre o mercado de trabalho e nem sobre o trabalho desenvolvido pelas instituições especializadas junto a este público. Estudos que focalizam a temática da DI são escassos, e compreende-se que a realização de estudos que se debruçam sobre o assunto pode contribuir para a disseminação de novas compreensões que ampliem as possibilidades de percepção e de participação da pessoa com DI.

**Palavras-chave:** Deficiência intelectual. Produção científica. Educação Especial.

**ABSTRACT:** This article aimed to identify and analyze the Brazilian scientific production that had people with intellectual disabilities (ID) as a theme. This is an exploratory survey study that presented scientific productions from three reference sources for the Special Education area: Revista Educação Especial (UFMS), Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) and the annals of GT - 15, Special Education from the National Association of Graduate Studies in Education (ANPED), which had been published between 1998 and 2018 (20 years) and focused on intellectual disability. Thirty-nine studies were identified that focused on the theme. The results revealed that 92% (n=37) of the studies were carried out from Higher Education Institutions. Most studies are concentrated in the Southeast (n=22; 56%) and the South (n=11; 27%). The main central themes of the studies covered the conception and singularities of the individual with ID (n=7; 17%) and the identification and assessment of ID (n=5; 12%). On the other hand, no studies were found that covered the labor market or the work developed by specialized institutions with this audience. Studies that focus on the theme of ID are scarce, and it is understood that the realization of studies that focus on the subject can contribute to the dissemination of new understandings that expand the possibilities of perception and participation of the person with ID.

**Key-words:** Intellectual disability. Scientific production. Special education.

<sup>1</sup> Terapeuta ocupacional pelo Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma), mestre em Terapia Ocupacional e doutora em Educação Especial, ambos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos -SP, Brasil. E-mail: sarahlinsto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5271-728X>

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2020.v7n2.p103>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

## INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orientada pelo direito universal à educação que envolve todas as pessoas, independentemente de suas condições, apresentou as pessoas com deficiência como principal foco da educação especial, devido, inclusive, ao histórico de segregação e de privação de participação nas redes de ensino (BRASIL, 2008; ARANHA, 2001).

Como forma de promover o exercício de direitos das pessoas com deficiência, documentos norteadores da política de inclusão escolar definiram um público-alvo específico para a educação especial, a saber: “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2008, p. 2).

O presente estudo tem como foco a deficiência intelectual (DI), cuja condição mais recente publicada pela Associação Americana sobre Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD) aponta que se trata de pessoas que possuem limitações significativas tanto no funcionamento intelectual, o que inclui aspectos relacionados ao raciocínio, à aprendizagem e à resolução de problemas, e, também, no comportamento adaptativo, abrangendo uma gama de habilidades sociais e práticas cotidianas que se iniciam antes dos 18 anos de idade (AAIDD, 2010).

Apona-se que cerca de 3% da população mundial apresenta DI (MATSON et al, 2012), e no Brasil, dados do IBGE indicam que 1,36% da população apresenta DI em algum nível (IBGE, 2010).

Dados do Censo Escolar (MEC/INEP) apontam que, de um modo geral, a inclusão de alunos com necessidades especiais tem aumentado gradativamente no sistema público brasileiro (BRASIL, 2009).

Nesta direção, Araújo e Almeida (2014) indicam que a DI tem despertado uma maior atenção devido à complexidade das necessidades presentes nesta condição, especialmente no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem e a aspectos avaliativos. Por outro lado, pouco se sabe como está colocada a realidade das publicações científicas voltadas para a DI nos principais periódicos nacionais da área de educação especial.

Para Williams (2011), compreender criticamente os processos educacionais dos indivíduos amplia as possibilidades de reflexões sobre as mais diversas vertentes, dentre elas, as questões sociais. O autor considera que a escassez de produções científicas sobre a realidade dos indivíduos pode contribuir para a consolidação de compreensões culturais precárias, e aponta que as produções científicas são importantes para contextualizar e para buscar melhorias por meio de análises críticas das publicações.

A AAIDD (2010) recomenda a atuação da Educação Especial em, pelo menos, nove áreas, a saber: desenvolvimento humano, vida em família, comportamento, ensino e educação, vida em comunidade, emprego, saúde e segurança, sociabilidade e proteção de direitos. O que indica que são vários os aspectos a serem observados dentro da realidade do indivíduo com deficiência em vistas à efetivação da inclusão escolar e social, que requerem a atenção de pesquisadores e autoridades que abordem sobre esta temática.

Assim, considerando que pessoas com DI têm sido inseridas nos mais diversos contextos (educacionais, culturais, sociais, dentre outros), bem como a importância de se compreender sobre como se apresenta a realidade atual de publicações de estudos sobre DI no âmbito da educação especial, o presente artigo teve o objetivo de identificar e analisar a produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência intelectual nas principais fontes de busca voltadas para a área de educação especial.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório de levantamento caracterizado por recolher informações do universo pesquisado, oferecer informações gerais acerca das populações que são indispensáveis em boa parte das investigações sociais. Além disso, o método tem como vantagem o conhecimento da realidade e a possibilidade de quantificação (GIL, 2008).

De acordo com Gil (2008, p.111), a pesquisa de levantamento considera as seguintes fases: “especificação dos objetivos; b) operacionalização dos conceitos e variáveis; c) elaboração do instrumento de coleta de dados; d) pré-teste do instrumento; e) seleção da amostra; f) coleta e verificação dos dados; g) análise e interpretação dos dados; h) apresentação dos resultados”.

Considerando que a deficiência intelectual está incluída no público-alvo da educação especial, foram utilizadas como fontes de busca para a realização da coleta dos dados revistas científicas que são referência para o campo da educação especial, a saber: Revista Brasileira de Educação Especial e Revista Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, e os anais da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação - ANPED, a partir de pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho 15 (G15), que inclui estudos que abordam a educação especial.

As pesquisas realizadas nestes domínios são consideradas como fontes de referência para área de educação especial, e direcionam sobre o que tem sido produzido acerca dos temas relacionados à área.

Foram considerados os estudos publicados nos últimos 20 anos (1998-2018) identificados por meio do descritor “deficiência intelectual”, que apresentavam a temática em questão como tema central, e que estavam escritos em língua vernácula. Sendo assim, foram excluídos os estudos que não focalizavam a deficiência intelectual, que abordavam a deficiência de um modo geral (física, intelectual, visual, auditiva).

Nas três fontes de busca foi encontrado o total de 60 publicações: 36 na Revista Educação Especial (REE-UFSM), 22 na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e dois trabalhos na Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (ANPED).

Após a identificação dos trabalhos foram lidos os títulos e resumos dos 60 estudos encontrados a fim de verificar se os mesmos estavam dentro dos critérios de inclusão para o presente estudo e 39 (65%) deles foram considerados: 19 na RBEE, 18 na REE-UFSM e dois na ANPED, os demais não focalizavam a DI ou haviam sido publicados fora do período de 1998-2018.

Foi realizada a leitura das 39 produções a partir de um roteiro que considerou os seguintes itens: ano de publicação, instituição de vínculo, temática central, fonte de dados e procedimentos de coleta de dados. Posteriormente, os dados foram organizados, quantificados e tabulados em planilha do *Excel*.

A seguir, são apresentados os resultados e as discussões referentes ao levantamento realizado.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do presente estudo revelaram que os trabalhos encontrados tinham publicação que datava entre o ano de 2010 e 2018. Os estudos foram organizados de acordo com o ano de publicação, conforme se apresenta na Tabela 1, em seguida.

**Tabela 1.** Distribuição do número de publicações que focalizaram a DI por ano

Ano	nº de publicações
2010	1
2011	5
2012	6
2013	6
2014	2
2015	7
2016	3
2017	4
2018	5
TOTAL	<b>39</b>

Fonte: elaboração própria.

É importante apontar que na ocasião da busca nas fontes escolhidas foram considerados os estudos publicados entre os anos de 1998 e 2018, no entanto, não retornaram estudos publicados anteriormente ao ano de 2009, o que pode indicar a ausência de estudos sobre DI antes do referido ano nas fontes consultadas e, conseqüentemente, uma possível tendência mais recente de realização de pesquisas sobre o tema. Além disso, a Tabela 1 apresenta um equilíbrio relativo nas publicações voltadas à esta população contabilizando de cinco a sete publicações anuais, à exceção dos anos de 2010, 2014 e 2016 que apresentaram menos de três publicações nas três fontes de busca selecionadas para o presente estudo.

Diversos estudos nacionais recentes têm apontado para a escassez de trabalhos voltados para a DI, bem como destacam a necessidade e importância de mais investimentos em reflexões e discussões sobre o tema tendo em vista a contribuição para as práticas inclusivas escolares que ainda estão em processo e progresso (EVARISTO, CAMPOS, 2019; TRENTIN, RAITZ, 2018; SILVA, COSTA, 2018; COSTA, PICHARILLO, ELIAS, 2016; BRITO, CAMPOS, 2013).

Nesse sentido, considera-se a hipótese de que a publicação de estudos voltados para a DI é uma tendência recente. Ainda, corroborando com os estudos supracitados, o presente estudo reforça sobre a relevância de mais investimentos na área.

As publicações encontradas nas fontes de buscas são resultados de pesquisas realizadas em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) do país, mas também foram encontrados

estudos realizados por profissionais da educação vinculados à Rede Municipal de Educação de determinados municípios, conforme se verifica na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2.** Distribuição de artigos que focalizaram a DI por instituição de vínculo (1998-2018)

Categoria	N (%)	Instituição	N (%)
Instituição de Ensino Superior	36 (92%)	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	10 (26%)
		Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)	4 (10%)
		Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	2 (5%)
		Universidade de Brasília (UNB)	2 (5%)
		Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2 (5%)
		Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	2 (5%)
		Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2 (5%)
		Universidade Técnica de Lisboa	1 (3%)
		Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1 (3%)
		Centro Universitário de Vila Velha (UVV)	1 (3%)
		Centro Universitário Moura Lacerda (CUML)	1 (3%)
		Universidade de São Paulo (USP)	1 (3%)
		Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	1 (3%)
		Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	1 (3%)
		Universidade Estadual do Centro-Oeste	1 (3%)
		Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1 (3%)
		Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1 (3%)
		Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1 (3%)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1 (3%)		
Rede Municipal de Educação	3 (8%)	Rede Municipal de Educação de Porto Alegre	1 (3%)
		Secretaria Municipal de Educação de União da Vitória/PR	1 (3%)
		Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN	1 (3%)
<b>TOTAL</b>			<b>39 (100%)</b>

Fonte: elaboração própria

De acordo com a Tabela 2, 92% (n=36) das publicações advêm de pesquisas realizadas junto a Instituições de Ensino Superior, e apenas 8% (n=3) foram realizadas por profissionais da educação vinculados a redes municipais de educação de determinados municípios.

Observa-se que a maioria das IES identificadas como instituições de vínculo dos autores das publicações encontradas são de natureza pública, o que reforça o fato de que as IES públicas são responsáveis pela maioria dos estudos realizados no país (CLARIVATE ANALYTICS, 2018). É possível que esta realidade esteja atrelada aos investimentos de instituições que financiam pesquisas no país, e que se fazem mais presentes nas IES de natureza pública. Ressalta-se a importância de se investir em estratégias que ampliem os investimentos para a realização de pesquisas também para instituições de natureza diversa, bem como para serviços e pesquisadores que possam contribuir para o avanço da ciência.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulgou recentemente o estudo “*Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics*”, relatório produzido pela empresa norte americana *Clarivate Analytics*, sobre a pesquisa científica no Brasil no período de 2011-2016 e aponta que a produção científica no Brasil é feita quase que exclusivamente dentro das instituições de natureza pública. Dentre as 20 instituições que mais produziram estão 15 universidades federais e 5 estaduais, dentre elas a USP, UFSCar e UERJ, que também apareceram nos resultados do presente estudo (CLARIVATE ANALYTICS, 2018).

Neste sentido, é importante mencionar que a UFSCar é uma entre apenas duas instituições no país que oferecem o curso de graduação em Educação Especial (o curso pioneiro foi iniciado pela Universidade Federal de Santa Maria), e que foi inaugurado no ano de 2008, portanto, trata-se de um curso relativamente recente. Ainda assim, os resultados do presente estudo apontam que a maioria dos estudos voltados para a área de DI vêm de pesquisadores vinculados à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), totalizando 26% do total de artigos encontrados.

Pode-se justificar a maior porcentagem de pesquisas voltadas para DI, que está incluída no público alvo da educação especial, devido ao fato de que a UFSCar conta com o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do país, único programa específico da área em nível de mestrado e de doutorado. Até o ano de 2019 o programa havia habilitado 642 mestres e 222 doutores, o que representa um importante número de profissionais qualificados e que são considerados como agentes multiplicadores, ainda que existam outros programas de pós-graduação em educação que constituam linhas de pesquisas voltadas para a área de Educação Especial (PPGEES, 2021).

Ademais, ainda que em menor número, merece destaque as publicações realizadas por profissionais da educação, vinculados a redes municipais de educação. Compreende-se que a dedicação não exclusiva a estudos e pesquisas possa reduzir o número de pesquisas oriundas destes profissionais, que as realizam de forma espontânea e sem apoio financeiro na maioria dos casos. No entanto, aponta-se para a relevância da elaboração de pesquisas a partir da visão deste público uma vez que a apresentação do cotidiano de práticas e seus desafios podem fazer emergir novas lacunas, novas visões e novos direcionamentos para as pesquisas, que devem acrescentar ao conhecimento da área. Desse modo, sugere-se que a realização de novos estudos que abordem temas para além do foco do presente estudo sejam realizados por estes profissionais e/ou a partir destes serviços.

Ainda em relação aos resultados apresentados na Tabela 2, observou-se que a maioria dos estudos encontrados advém da região Sudeste do país, totalizando 22 estudos (56%), seguido da região Sul (n=11; 28%), Centro-Oeste (n=3; 8%) e Nordeste (n=2; 5%). Não foram identificados artigos publicados por instituições da região Norte do país. Houve, ainda, um estudo que estava vinculado à uma universidade da cidade de Lisboa (Portugal) (3%).

Tais resultados reforçam a indicação de Brito e Campos (2013) que realizaram um estudo que focalizou produções científicas voltadas para a DI na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que apontaram que as regiões sudeste e sul concentram a maioria das IES do país, além de sediarem o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, no caso do Sudeste, e Programas de Pós-Graduação em Educação no caso do Sul e, também, do Sudeste. Aliado a este aspecto, Santos, Meletti e Cabral (2017) que realizaram um estudo que focalizou produções

científicas na área de educação especial apontaram que estas regiões também acumulam a maior quantidade de recursos voltados para atividades de pesquisa.

Os resultados do presente estudo também revelaram as temáticas centrais dos estudos, que são apresentadas na Tabela 3, seguinte.

**Tabela 3.** Temáticas centrais dos estudos sobre DI publicados nos últimos 20 anos (1998-2018)

Temáticas centrais	N (%)
Concepção e singularidades da DI	7 (18%)
Identificação e avaliação do aluno com DI	5 (13%)
Olhar social e perspectivas para o DI	4 (10%)
Ensino de disciplinas específicas (matemática e futsal)	4 (10%)
Tecnologias digitais e Comunicação Alternativa	3 (8%)
Atuação de educadores para a inclusão do DI	3 (8%)
Formação de professores e consultoria colaborativa	3 (8%)
Escolarização da pessoa com DI	2 (5%)
Sexualidade e DI	2 (5%)
Sala de Recursos/ AEE para o DI	2 (5%)
DI no EJA	2 (5%)
Formação profissional de jovens com DI	1 (3%)
Mães com DI e o desenvolvimento dos filhos	1 (2%)

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 3, o tema central da maioria dos estudos focaliza a concepção sobre a DI, bem como sua singularidade. É possível que este resultado esteja atrelado ao fato de que ainda hoje há uma confusão tanto quanto à compreensão como em relação à nomenclatura da DI, que foram se transformando e se ampliando em função da evolução do campo científico, conforme apontam os estudos do tema (OLIVEIRA, 2018; GARGHETTI, MEDEIROS, NUERNBERG, 2013; SANTOS; MORATO, 2012).

Rossato e Leonardo (2011) realizaram um estudo que teve o objetivo de compreender e refletir acerca da educação escolar oferecida aos alunos com DI, e que contou com a participação de 21 educadores de três APAEs, apontaram que a concepção dos professores sobre o aprendizado do DI está pautada na ideia de que o aprendizado depende do aluno, desconsiderando-se as responsabilidades e a importância da escola, da família e dos contextos sociais.

Por outro lado, Dias e Oliveira (2013) consideram a importância de que a vivência do indivíduo com DI aconteça de forma a efetivar a cidadania, e que esta vivência esteja acima da forma tutelada de vida, porém, tal condição só é possível a partir da mudança de crenças, concepções e de atitudes sobre o outro.

Assim, é mesmo relevante que esforços sejam envidados a fim de que estudos se debruçem sobre a atual conceituação da DI, com destaque para as informações divulgadas pela Convenção Nacional da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2011).

Outro importante tema revelado por meio desta busca foi a identificação e avaliação do aluno com DI, que também está intimamente relacionada à sua conceituação.

Sabe-se que a maioria dos problemas apresentados pelas crianças é identificado na escola por meio dos professores, que são profissionais com os quais as crianças passam boa parte do tempo (SILVA, COSTA, 2018; BRIDI, 2011). No entanto, os estudos têm apontado que os professores precisam adquirir mais ferramentas para a identificação, avaliação e prática junto ao indivíduo com DI (SANTOS, MARTINS, 2015; VELTRONE, MENDES, 2011; REDIG, 2010).

Além disso, o estudo realizado por Silva e Costa (2018), que teve o intuito de investigar as formas de identificação de alunos com DI, apontou que são escassos os estudos que abordam sobre as avaliações realizadas junto aos indivíduos com DI, e as que foram encontradas apresentam relatos superficiais. Nesta direção, as autoras apontam para a importância da realização de pesquisas que enfoquem a sistematização, padronização e divulgação das formas de avaliação das pessoas com DI.

Ainda em relação às temáticas centrais dos estudos, aponta-se para a ausência de estudos que abordassem sobre as instituições especializadas que atendem pessoas com DI. Trata-se de uma importante lacuna uma vez que estas instituições centralizam sua atuação no atendimento à pessoa com deficiência (MELETTI, 2014).

Ainda que as atuais políticas públicas de educação especial assim como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência defendam um sistema inclusivo em todos os níveis, de modo que estas pessoas participem efetivamente de uma sociedade livre (BRASIL, 2011; BRASIL, 2008), e que as instituições especializadas não representem o modelo ideal de efetivação desta proposta, Santos, Meletti e Cabral (2017) apontam que um percentual significativo do alunado da educação especial é atendido por instituições filantrópicas. Estas instituições acolhem e atuam diretamente junto à população com DI, além de desenvolverem trabalhos voltados para os aspectos educacionais, sociais e de saúde deste público-alvo. Portanto, realizar estudos que abordem sobre o serviço oferecido, as ações realizadas e os resultados obtidos a partir das intervenções são demandas importantes que devem contribuir para o avanço das reflexões sobre a DI.

Da mesma forma, considerando as políticas nacionais de educação especial que abordam sobre o direito ao exercício da cidadania, do direito à escola à inserção profissional (BRASIL, 2008), observa-se que apenas um estudo abordou sobre a profissionalização do indivíduo com DI e não foram identificados estudos que abordassem sobre a inserção deste indivíduo no mercado de trabalho. Tais lacunas merecem mais investimentos e dedicação em estudos futuros, uma vez que é importante refletir sobre os caminhos percorridos pelas pessoas com deficiências ao longo da vida.

Também foram identificadas as fontes de dados utilizadas nos estudos e os resultados são apresentados na Tabela 4. Os dados foram organizados conforme a frequência de aparição, considerando que houve estudos que utilizaram mais de uma fonte de dados.



**Tabela 4.** Fonte de dados dos trabalhos que focalizaram a DI publicados nos últimos 20 anos (1998-2018)

Fonte de dados	N (%)
Documentos	12 (29%)
Professor	10 (25%)
Alunos	9 (22%)
Profissionais da Educação	5 (12%)
Familiares	5 (12%)

Fonte: elaboração própria.

Os resultados revelaram que 29% dos artigos utilizaram como fonte de dados os documentos (n=12). Nesta categoria foram consideradas as pesquisas bibliográficas, de levantamento, revisões sistemáticas e os ensaios. Houve, ainda, 25% (n=10) de estudos que tiveram os professores como fonte de dados, seguidos de 22% (n=9) cujos participantes foram os alunos com DI. Diferentemente dos resultados apontados pelo estudo de levantamento voltado para a área de Educação Especial realizado por Santos, Meletti e Cabral (2017) cujos dados revelaram que a maior fonte de dados dos estudos foi alunos que frequentavam instituições especiais, contabilizando 50% do total de 24 trabalhos.

A Tabela 5, em seguida, apresenta os resultados sobre os procedimentos de coleta utilizados nos artigos identificados. Os dados foram organizados de acordo com a frequência de aparição, devido ao fato de alguns estudos haverem combinado a utilização de múltiplos procedimentos para coleta de dados.

**Tabela 5.** Procedimentos de coleta de dados dos artigos que focalizaram a DI publicados nos últimos 20 anos (1998-2018)

Procedimentos de coleta de dados	N (%)
Entrevista semi-estruturada	15 (33%)
Documentos	10 (22%)
Intervenção	7 (15%)
Observação/ diário de campo	5 (11%)
Outros	4 (9%)
Avaliação	2 (4%)
Questionário	2 (4%)
Filmagem	1 (2%)

Fonte: elaboração própria.

De acordo com a Tabela 5, o procedimento de coleta mais utilizado nos estudos identificados foi a entrevista semiestruturada (n=15; 33%), seguido dos documentos com 22% (n=10) e de intervenções (n=7; 15%).

Para Gil (2008), a entrevista é uma dentre as várias técnicas de interrogação caracterizada pela sua flexibilidade, e que normalmente é guiada por um roteiro que possibilita

o esclarecimento dos questionamentos para a obtenção de respostas mais eficazes. Assim, observa-se que trata-se de uma técnica importante para a realização de pesquisas que exigem o diálogo entre pesquisador e participante para a compreensão do objeto de estudo, uma vez que a técnica permite ao entrevistador elucidar questionamentos e coletar dados advindos da observação.

Por outro lado, compreende-se que, a depender do objetivo do estudo e da abordagem escolhida para sua realização, a diversidade de técnicas utilizadas nas pesquisas traduz a riqueza com que os estudos podem ser realizados e explorados para aprofundar as temáticas e para apresentar resultados a partir dos mais diversos pontos de vista, fontes de dados, meios de coleta, dentre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo identificou e analisou a produção científica brasileira sobre pessoas com DI por meio de uma pesquisa exploratória que aconteceu através de um levantamento em fontes de busca que são consideradas referência para a área de educação especial, na qual a DI faz parte do público alvo.

Os estudos encontrados foram reunidos, analisados e seguiu um roteiro sistematizado para apresentação dos resultados dos múltiplos estudos.

Foram identificados apenas 39 estudos publicados sobre a temática da DI ao longo de 20 anos, ou seja, trata-se de um número pequeno diante do intervalo pesquisado. Além disso, a busca retornou que as publicações destes estudos datam a partir do ano de 2010, o que indica que publicações sobre a DI são mais recentes, e que reforça a importância de mais investimentos sobre o tema.

Os resultados revelaram que a maioria das publicações de estudos voltados para a DI vem de IES do âmbito público, com destaque para a UFSCar, que se apresentou como instituição de vínculo da maioria dos estudos identificados nas fontes de busca.

O presente estudo também revelou que a maioria dos estudos foram realizados na região sudeste e sul, e não foram identificados estudos publicados na região norte. Tal indicação pode apontar tanto para uma lacuna no conhecimento, como também para o fato de que as revistas nas quais foram feitas as buscas, e que são consideradas as principais fontes da área de educação especial, são das regiões sul e sudeste, onde se concentram os cursos de graduação e o programa de pós-graduação específicos da área, o que pode reduzir as possibilidades de produções de outras regiões.

Além disso, os dados encontrados reforçam o reflexo da maior concentração acadêmica nas regiões sul e sudeste, onde se encontram a maioria das universidades públicas brasileiras bem como a maioria dos programas de pós-graduação, que são de onde vêm a maioria das publicações.

Ainda, as temáticas centrais dos estudos apresentados se voltaram para conhecimentos iniciais acerca da DI, como, por exemplo, a concepção sobre a DI, a identificação e a avaliação do indivíduo com DI, o que aponta para uma demanda por mais discussões e reflexões que pensem em estratégias de promoção de mais esclarecimento sobre o assunto não apenas para os

professores, mas, também para os familiares, os profissionais da educação, os colegas de turma e para a sociedade de um modo geral pensando na ampliação de práticas inclusivas.

É possível que as fontes de dados escolhidas para a identificação dos artigos, ainda que tenham considerado a especificidade da educação especial, tenha limitado a quantidade de estudos relacionados à DI e, ainda, o fato de que foram considerados para o presente estudo apenas fontes nacionais. Neste sentido, sugere-se que novos estudos desta natureza também incluam, por exemplo, bancos de dissertações e teses, periódicos da área de educação qualificados e periódicos internacionais.

Ademais, sugere-se que novos estudos se debruçam sobre as instituições especializadas que atendem pessoas com DI, bem como sobre a profissionalização e a inserção do indivíduo com DI no mercado de trabalho.

Conclui-se que a realização de estudos voltados para a DI parece que se trata de uma tendência recente e que está em ascensão, e que, portanto, merece maiores investimentos por meio de pesquisas que aprofundem os mais diversos aspectos presentes na diversidade do público com DI.

## REFERÊNCIAS

- AAIDD. **Intellectual disability**: definition, classification and systems of supports. 11th ed. Washington (DC): American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2010.
- ARANHA, Maria Salete Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI, mar.2001.
- ARAÚJO, Sandra Lúcia Silva; ALMEIDA, Maria Amélia. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BRASIL. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopses estatísticas da educação básica/censo escolar**. MEC/ INEP, 2009.
- BRIDI, F. R. **Sobre os processos de identificação e diagnóstico: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado**. 210f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BRITO, Jéssica; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Escolarização de jovens e adultos com deficiência intelectual: considerações sobre as pesquisas em dissertações e teses no período de 1988 a 2008. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 45-58, 2013.
- CLARIVATE ANALYTISC. Research in Brazil: a report for CAPES by Clarivate Analytics. 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em fev. de 2019.

COSTA, AB da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; ELIAS, Nassim Chamel. Habilidades Matemáticas em Pessoas com deficiência intelectual: um olhar sobre os estudos experimentais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 145-160, 2016.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 2, p. 169-182, 2013.

EVARISTO, Fabiana Lacerda; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Análise de produções científicas sobre comunicação alternativa para pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 6-1-26, 2019.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 10, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Censo 2010**. Brasil: IBGE, 2013.

MATSON, J. L.; et al. Scaling methods to measure psychopathology in persons with intellectual disabilities. **Research in Developmental Disabilities**, v. 33, n. 2, p. 549–562, mar–apr. 2012.

MELETTI, S.M.F. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil e no Paraná. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.39, n.3, p.89-809, 2014.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. A ação avaliativa na área da deficiência intelectual: entre improvisos e incertezas. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 981-994, 2018.

PPGEES. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ppgees.ufscar.br/programa/historico>>. Acesso em março de 2021.

REDIG, Annie Gomes. Reflexões sobre o ensino itinerante na EJA: o relato de uma professora especialista. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 369-378, 2010.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. A deficiência intelectual na concepção de educadores da Educação Especial: contribuições da psicologia histórico cultural. Intellectual disability in the conception of Special Educators; contributions from cultural-historical psychology. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 1, p. 71-86, 2011.

SANTOS, Natalia Gomes dos; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; CABRAL, Vinícius Neves de. The Scientific Productions on Private Special Needs Schools (2000-2014). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 3, p. 471-482, 2017.

SANTOS, Sofia; MORATO, Pedro. Acertando o passo! Falar de deficiência mental é um erro: deve falar-se de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID). Por quê?. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 1, p. 3-16, 2012.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015.

SILVA, Érika Rímoli Mota; COSTA, Maria da Piedade Resende. Revisão sistemática sobre avaliação para identificação inicial de alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 551-568, 2018.

TRENTIN, Valéria Becher; RAITZ, Tânia Regina. Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 713-726, 2018.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Caracterização dos profissionais responsáveis pela identificação da deficiência intelectual em escolares. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 61-75, 2011.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

**Agradecimentos:** A CAPES pelo apoio financeiro.

---

Recebido em:  
Modificado em:  
Aceito em:

